



COFRE
DE PREVIDÊNCIA

PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2013



Índice

I - PLANO DE ACTIVIDADES	2
II - ORÇAMENTO ORDINÁRIO PARA O ANO DE 2013	4
RESUMO DO ORÇAMENTO DAS RECEITAS	7
RESUMO DO ORÇAMENTO DAS DESPESAS	7
DESENVOLVIMENTO DO ORÇAMENTO DAS RECEITAS	8
DESENVOLVIMENTO DO ORÇAMENTO DAS DESPESAS	9
PARECER DO CONSELHO FISCAL	12

I - PLANO DE ACTIVIDADES

Uma breve nota introdutória

Iniciamos o nosso Plano pela parte considerada mais sensível nós, os sócios e a sustentabilidade do Cofre para as próximas três décadas. Tal como foi referido no discurso de posse e nos subsequentes é uma prioridade a entrada de mais sócios para a sobrevivência do Cofre enquanto Instituição de apoio e solidariedade.

A política seguida até às alterações estatutárias delineada para a captação de novos sócios, não foi a ideal, como sabemos. Na nossa opinião, como então foi transmitido, era possível aumentar o seu número apesar das dificuldades já sentidas. Utilizando uma estratégia diferente da usada até ao momento, menos burocracia e com a criação de uma nova categoria de sócios, sem estar indexada ao subsídio por morte, conseguiu-se o aumento do valor referente às quotizações e a entrada de novos sócios, contribuindo também para este aumento o cartão de saúde cofre. Iremos continuar o reforço do processo associativo e a sua fidelização.

Para além do veículo de transmissão por excelência, a Revista Cfr., passará a existir na internet o sítio mais dinâmico e apelativo para divulgar os serviços prestados e todas as notícias do Cofre. Todavia entendemos não ser o suficiente; vamos continuar a mostrar, apresentar e divulgar o Cofre à sociedade nos serviços da Administração Pública e onde se mostre necessário.

A nossa perspectiva para o ano vindouro será de grandes dificuldades para todos, nomeadamente nas áreas onde o Cofre actua. Para as minimizar iremos continuar a investir num maior e melhor apoio aos sócios carenciados e necessitados de companhia, na oferta de novos Serviços, na solução e no seu acompanhamento para colmatar as dificuldades sentidas para o cumprimento das suas obrigações.

O apoio às bolsas de estudo para estudantes do ensino secundário e universitário para o ano lectivo de 2013/2014 e a oferta de residências universitárias nas cidades do Porto e de Lisboa, a atribuição de uma bolsa de compensação, designada por bolsa sénior, para os sócios com um rendimento insuficiente para satisfazer o pagamento da sua permanência nas residências para seniores. A compensação será atendida caso a caso depois de um estudo prévio a efectuar pelo Sector de Acção Social do Cofre.

O Seguro de Saúde Cofre, apesar das dificuldades e de alguns desacertos dos nossos parceiros já atingiu um número razoável de cerca de 15000 adesões, apesar de estar à quem das nossas perspectivas, poderemos considerar um bom resultado apesar do ocorrido como é do conhecimento geral.

Vamos continuar com a estratégia delineada para a aquisição de imóveis, privilegiando a administração central, local, os institutos públicos câmaras municipais e outras Instituições. Não o deixando de fazer também com os privados, adaptando, construindo isoladamente ou em parceria, sempre com o objectivo de obter uma mais-valia para o Cofre e seus Associados.

Apesar do esforço feito através da introdução de semanas temáticas nos períodos mais baixos a Quinta de Sta. Iria continuou fortemente deficitária. Na razão estão, em primeira instância, os valores contratualizados pagos ao anterior prestador de serviços e os consumos energéticos gerados pela sua prestação em eventos organizados e dos quais o Cofre não retirava qualquer benefício. As negociações para a renovação do contrato revelaram-se infrutíferas o prestador, apesar de instado para isso, não prescindiu das cláusulas contratuais anteriores, não se disponibilizou para combater, juntamente connosco, os resultados negativos, limitou-se a adiantar, para além do contratualizado, um valor por cada prato confeccionado nos eventos por si organizados.

Por inexistência de colaboração no combate à diminuição do deficit não se renovou o contrato. A gestão hoteleira vai ser feita directamente pelo Cofre, a restauração por um prestador escolhido entre os 5 candidatos, o Restaurante Casa da Esquila do Chefe Rui Cerveira no Casteleiro - Sabugal.

Aumentámos o valor do abono reembolsável, o limite da idade, e o número de anos para amortizar o empréstimo para a compra de casa, um êxito. Aumentando o número de anos baixa o valor da prestação ficando o sócio/a com mais disponibilidade financeira perante a crise. Iremos manter esta estratégia.

O Contencioso existente continua a ser preocupante, diminuiu, é certo, mas foi necessário criar novos mecanismos de prevenção aumentando o período de carência de três meses para um ano, a obrigatoriedade de apresentar o recibo da remuneração e o certificado do Banco de Portugal, contribuíram para a diminuição do risco de incumprimento. Todavia se estas medidas não se mostrarem capazes teremos de criar novos mecanismos para o evitar.

OS PROJECTOS PARA O ANO DE 2013

No nosso terreno de Queluz iremos finalmente avançar com as obras não para um Lar, como estava inicialmente previsto, mas para um centro de pediatria, uma creche e um ATL.

No Centro de Lazer do Vau, no terreno a tardoz, vamos iniciar a construção dos equipamentos autorizados pela Câmara de Portimão, as piscinas, tão solicitadas pelos Associados, parque infantil, bar e campo multiusos.

Na Residência de Loures no decurso do ano vindouro ampliaremos a residência em mais 24 camas, razão pela qual desistimos de o fazer em Queluz. Fica-nos mais económico proceder a esta obra, sobre todos os aspectos, custo da obra, equipamento, manutenção do edifício e nos recursos humanos.

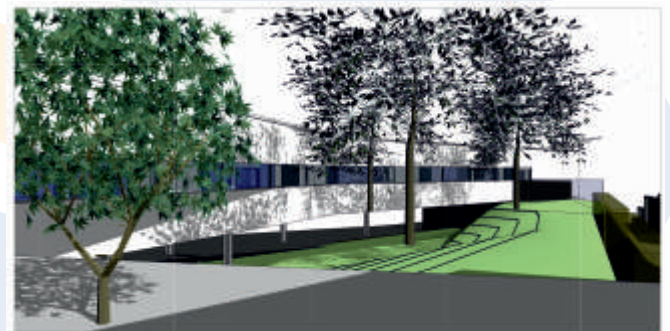
O financiamento à habitação, o agravamento da crise financeira e económica, à qual o Cofre não é imune, e o incumprimento obriga-nos à contenção orçamental nalgumas rúbricas entre as quais os empréstimos à habitação, onde se tem verificado um aumento significativo de incumprimento, por isso o aumento da exigência documental e a diminuição da dotação para 1650.000€, de molde a precaver o risco.

O financiamento aos abonos, nesta rubrica, por se prever uma maior necessidade de ajuda aos Associados/as, aumentámos a dotação orçamental relativa ao ano em curso em mais 450.000,00€ totalizando 7050.000,00€.

Nos recursos humanos, vamos continuar a sua valorização e o reconhecimento do mérito como factor decisivo na progressão profissional, pedindo alguns sacrifícios na contenção de pedidos de horas extraordinárias. Para isso é fundamental a formação para existir a eficiência, a produtividade, a correcção, a simpatia e a disponibilidade. A mobilidade interna é também um factor de inovação e conhecimento. A avaliação de desempenho terá de ser rigorosa para poder ser justa, os melhores têm de ser distinguidos. A optimização dos recursos humanos é um objectivo a polivalência dos novos contratos é uma realidade. Todavia o aumento dos serviços prestados, as aposentações, apesar da optimização, irão naturalmente exigir novas contratações.

A delicada situação económica vigente à qual o Cofre, como se aludiu, não está imune deve consubstanciar em todos nós uma vontade ainda mais forte para a ultrapassar. O trabalho em prol da nossa comunidade mais desfavorecida, a ajuda através dos mecanismos colocados à sua disposição, as disponibilidades do Cofre e a nossa solidariedade serão uma realidade.

Para a realização do orçamento proposto é necessário contar com a colaboração de todos Associados, Trabalhadores e Órgãos Sociais, para o seu integral cumprimento.



II - ORÇAMENTO ORDINÁRIO PARA O ANO DE 2013

SENHORES ASSOCIADOS:

Em cumprimento do disposto no Art.º 98º dos Estatutos, apresentamos e deixamos à consideração dos venerandos sócios o Orçamento Ordinário para o ano de 2013.

1. Abertura

Como é do conhecimento de todos o próximo ano não será fácil para a maioria dos Portugueses. A crise económica, financeira e social instalada, a austeridade exigida pela Comunidade Europeia, Fundo Monetário Internacional e alavancada pelo governo, levou à feitura de um orçamento português para 2013 austero onde, entre outras medidas, se aponta para um corte nas remunerações dos funcionários públicos no activo e aposentados à redução da tabela do IRS originando um aumento nos seus escalões e ainda à criação de uma sobretaxa.

São medidas muito penalizadoras para quem, por excelência, é numa grande percentagem Associado. No último ano notámos já a sua dificuldade, através do número de sócios eliminados estatutariamente por dívidas ao Cofre, com a redução das despesas no nosso orçamento familiar, o próximo ano será ainda mais penalizador para todos e a nossa Instituição por ser parte integrante na sua vida também. Até ao momento a angariação de novos sócios por via do cartão saúde tem trazido algum equilíbrio no deve e no haver. Todavia temos de continuar a investir e a mostrar as vantagens em combater as dificuldades ligado ao Cofre.

Para o ano, através das equipas multidisciplinares, Cofre, e Açoreana com a cooperação de várias entidades, Círculos Judiciais, Escolas, Sindicatos, Câmaras e outros, vão continuar a mostrar aos trabalhadores das aludidas entidades as regalias oferecidas pelo Cofre.

A construção de qualquer orçamento tem por base os pressupostos decorrentes do plano de actividades e, como não podia deixar de ser, de uma previsão das repercussões do seu desenvolvimento por quem detêm a responsabilidade de gestão da Instituição. Só assim se poderá entender como um instrumento de trabalho essencial.

2. Considerações Técnicas

As estimativas, de receitas e despesas para o próximo ano, assentam em critérios rigorosos indispensáveis à segurança da instituição.

A análise financeira efectuada ao longo do ano de 2012, comparada com a de anos anteriores, permite-nos concluir pela realização dos objectivos ora propostos.

O Orçamento continua a ser construído na óptica das

receitas e despesas, levando a confinar-se num “Mapa de Tesouraria” reflectindo, apenas, os movimentos relacionados com recebimentos e pagamentos ocorridos no decurso do respectivo ano. Não deixa, todavia de ter outras premissas nomeadamente os prazos de recebimento, pagamento e os saldos a existir à data de 31 de Dezembro do ano em curso, assim como os saldos do ano orçamentado.

Neste Orçamento, os pagamentos das despesas correntes e de capital (Investimentos) são apresentados com dedução do IVA facturado, quando se relacionem com actividades passíveis deste imposto.

A receita é líquida de IVA. A diferença entre os valores a liquidar e os dedutíveis é inserida em “Operações extra – orçamentais”.

3. Explicitação Orçamental

Na explicitação orçamental incluiremos, apenas, as rubricas cujo peso percentual, mereçam ser objecto de comentários.

Receitas Correntes

Para o total de 7.230.000,00€ previstos em Receitas Correntes, as componentes a assumir uma maior importância são: os “Rendimentos da propriedade” e também as transferências correntes, os primeiros respeitam a juros obtidos com os empréstimos concedidos e os segundos aos recebimentos da Quotização, Serviços prestados nos empreendimentos do Vau e Covilhã e residências para seniores.

a) Rendimentos da Propriedade

Um dos capítulos que integram as Receitas Corrente é o de “Rendimento da Propriedade”.

- Juros - Famílias – Abonos Reembolsáveis

No conjunto dos financiamentos concedidos, são os abonos reembolsáveis os mais procurados. Contribuem para este afluxo, as condições de reembolso, os prazos para a amortização e as taxas de remuneração.

- Juros - Famílias – Propriedade Resolúvel e Obras de Beneficiação

Quanto à propriedade resolúvel a dotação para o ano de 2013 baixou, em virtude do aumento dos incobráveis para estes empréstimos.

- Juros – Sociedades Financeiras

Os juros estimados nesta rubrica são inerentes às “Aplicações de tesouraria” existentes nesta data, as quais manteremos em 2013. Prevendo-se um total de 159.000,00€.

Estimando-se na rubrica “Rendimentos da propriedade – Famílias”, correspondendo ao total de juros provenientes dos financiamentos à habitação e de abonos reembolsáveis, um montante na ordem de 1.480.000,00€.

Assim, na aludida rubrica prevê-se um total de 1.650.000,00 €, repartidos por 1.480.000,00€ de “Juros – Famílias”; 11.000,00€ de juros provenientes da imobilização financeira em Títulos de dívida pública e 159.000,00€ de “Juros -Sociedades financeiras”.

b) Transferências Correntes

- Famílias

Para o conjunto de receitas provenientes de Quotização, do Centro de Lazer – Vau – para uma percentagem de ocupação de 65%, Lares de Loures e Vila Fernando e Unidade de Turismo Rural – Covilhã – para uma percentagem de ocupação de 40%, prevê-se um total de 5.149.000,00€.

Quanto à quotização, a avaliar pela análise efectuada, continua a verificar-se o seu crescimento, este crescimento, é explicado pelo facto do valor das quotas dos sócios novos ser superior ao das quotas dos sócios falecidos e eliminados. Com base na análise deste crescimento, podemos estimar que do proveito total a obter no ano de 2013, somado ao saldo previsto para 31 de Dezembro de 2012 e deduzido do saldo provável em 31 de Dezembro de 2013, sejam cobrados, no decurso do ano orçamentado, 3.389.000,00€.

Da ocupação dos apartamentos do Centro de Lazer – Vau, podemos estimar que a cobrança desta receita seja de 535.000,00€.

No Lar de Loures, com a ocupação da capacidade instalada, estima-se uma receita de 615.000,00€.

Para o Lar de Vila Fernando, cuja capacidade máxima de ocupação já se atingiu, prevemos uma receita de 325.000,00€.

Apesar da divulgação e da boa receptividade em relação ao empreendimento da Covilhã, continuamos a acautelar a receita da actividade desenvolvida na Unidade de Turismo Rural, estimando apenas 285.000,00€.

- Venda de bens e serviços correntes

Este capítulo agrega as receitas provenientes de “venda” de outros serviços prestados, como viagens e arrendamento de habitações e edifícios (lojas do Vau), a realizar em 2013, e, ainda, a cobrança de saldos transitados de 2012, que esperamos atingir o valor de 399.000,00€.

Receitas de Capital

a) Activos Financeiros

Ponderados os pressupostos para a previsão destes recursos, estima-se uma receita de “Activos financeiros” aproximada de 6.676.000,00€.

Para os “Abonos reembolsáveis”, apesar de a escolha ser muito variável, procedemos ao cálculo do retorno de capital com base no prazo máximo de reembolso.

Reforçando a margem de segurança nas estimativas efectuadas, no valor dos “Activos financeiros”, foi também calculada e deduzida uma percentagem de novos valores para contencioso.

b) Outras Receitas de Capital

Não foram, totalmente utilizados os recursos disponíveis, prevendo-se constituir o “Saldo da gerência anterior”, a transitar para o ano de 2013, com um valor na ordem de 5.880.000,00€.

Operações extra - orçamentais

Em “Operações de tesouraria – Retenção de receitas do Estado” são inseridos os descontos efectuados nos vencimentos dos funcionários, bem como os encargos do Cofre a entregar ao Estado no mês subsequente, tendo a correspondente contrapartida na rubrica com a mesma denominação em “Despesas”.

As “Outras Operações de Tesouraria” incluem também os fluxos relativos às operações com terceiros sem “receita” ou “despesa” mas com expressão na tesouraria.

Despesas Correntes

Neste agrupamento inserem-se as despesas com o pessoal, a aquisição de bens, serviços e Transferências correntes, como despesas de maior volume.

Nas “despesas com o pessoal”, encontram-se previstos os ajustamentos necessários e inerentes à eficiência pretendida ao nível do funcionamento dos serviços prestados de acordo com o Quadro de Pessoal.

Em “aquisição de bens e serviços”, estão incluídas as despesas respeitantes aos fornecimentos e serviços adquiridos a entidades externas indispensáveis ao funcionamento das diversas actividades da Instituição.

Em “Transferências correntes”, ajustamos os valores das rubricas incluídas neste grupo e de acordo com os acontecimentos verificados ao longo do ano, prevendo o valor de 482.000,00€.

Continuamos a manter a rubrica “Dotação provisional” com o valor de 10.000,00€, prevenindo a eventualidade de fazer face a pagamentos não previstos no orçamento.

O total de despesas correntes estimado atinge os 4.316.000,00€.

Despesas de Capital

O financiamento da tesouraria para o ano de 2013 será efectuado com o somatório dos fundos a prever existirem no final do ano de 2012 e dos recursos estimados para o ano a que respeita o Orçamento.

As componentes de maior volume são a “aquisição de bens de capital” e os “activos financeiros”, este último subdividindo-se em “empréstimos de curto, médio e longo prazo” – “sociedades financeiras” e “famílias”. Nestas “famílias” estão incluídas as dotações entendidas como necessárias à satisfação dos pedidos de financiamento, tendo em conta a análise do comportamento dos associados.

A “aquisição de bens de capital” corresponde aos investimentos, aumentos de activos decorrentes de grandes beneficiações a efectuar em edifícios e habitações, ou substituição de bens. Para esta componente prevê-se um total de 2.425.000,00€.

Os excedentes possíveis encontram-se integrados nas rubricas das sociedades financeiras, permite-nos prever um saldo no fim do ano de 2013 de 1.625.000,00€, uma parte aplicada em diversos produtos a médio e longo prazo e outra em disponibilidades a curto prazo.

Das dotações orçamentadas para estas despesas com “famílias”, salientamos:

Empréstimos a médio e longo prazo (financiamento para aquisição de habitação, transferências de hipotecas e obras de beneficiação): 1.650.000,00€;

Abonos reembolsáveis e Outros empréstimos: 7.050.000,00€;

Segundas tranches e seguintes, de empréstimos para a construção e beneficiação de habitação: 20.000,00€.

EM CONCLUSÃO:

No contexto actual poder-se-ia prever algum pessimismo nas previsões apresentadas atendendo à situação económica, financeira e social, já aludida. Todavia a estratégia delineada nos dois últimos anos e os resultados alcançados permitem-nos ser ambiciosos. Como é do conhecimento dos senhores Associados/as, o Cofre tem vindo a desenvolver e a melhorar as suas competências para, com qualidade, os seus Associados

tenham maior celeridade na resposta às suas solicitações, menos burocracia e mais conforto na utilização das valências oferecidas. Neste sentido, é essa a nossa convicção, o orçamento ora apresentado reflecte a nossa ambição para o ano de 2013.

Lisboa, 22 de Novembro de 2012

O Conselho de Administração,

Américo Tomé Jardim
Francisco Manuel Feliciano Pinteus
Carlos António Menezes Galvão
Maria Luísa Viana de Paiva Boléo
Maria Manuela Charrua Franco
Maria Catarina Gonçalves dos Santos
Maria Alice Miranda Rumor Parada



RESUMO DO ORÇAMENTO DAS RECEITAS

Unidade: 1000 €

CAPÍTULO	DESIGNAÇÃO	VALOR
RECEITAS CORRENTES		
04	Taxas, multas e outras penalidades	30.00
05	Rendimentos da propriedade	1,650.00
06	Transferências correntes	5,149.00
07	Venda de bens e serviços correntes	399.00
08	Outras receitas correntes	2.00
Total de receitas correntes		7,230.00
RECEITAS DE CAPITAL		
11	Activos financeiros	6,676.00
16	Saldo da gerência anterior	5,880.00
Total de receitas de capital		12,556.00
17	Operações extra-orçamentais	1,500.00
Total orçamentado		21,286.00

RESUMO DO ORÇAMENTO DAS DESPESAS

Unidade: 1000 €

AGRUPAMENTO	DESIGNAÇÃO	VALOR
DESPESAS CORRENTES		
01	Despesas com o pessoal	2,327.00
02	Aquisição de bens e serviços	1,434.00
03	Juros e outros encargos	55.00
04	Transferências correntes	482.00
06	Outras despesas correntes	18.00
Total de despesas correntes		4,316.00
DESPESAS DE CAPITAL		
07	Aquisição de bens de capital	2,425.00
09	Activos financeiros	10,345.00
10	Passivos financeiros	2,700.00
Total de despesas de capital		15,470.00
12	Operações extra-orçamentais	1,500.00
Total orçamentado		21,286.00

DESENVOLVIMENTO DO ORÇAMENTO DAS RECEITAS

Unidade: 1000€

Capítulo	Grupo	Artigo	Designação	Artigo	Grupo	Capítulo
RECEITAS CORRENTES						
04	02		Taxas, multas e outras penalidades			
		01	Multas e outras penalidades			
		01	Juros de Mora	15.00		
		99	Multas e penalidades diversas	15.00	30.00	30.00
05	02		Rendimentos da propriedade			
		01	Juros - Sociedades financeiras			
		01	Bancos e outras instituições financeiras	159.00	159.00	
	03		Juros - Administrações públicas			
		02	Juros - Administ.central - Serviços e fundos autónomos	11.00	11.00	
	05		Juros - Famílias		1,480.00	1,650.00
06	08		Transferências correntes			
			Famílias			
		01	Famílias	5,149.00	5,149.00	5,149.00
07	02		Venda de bens e serviços correntes			
			Venda de Serviços			
		99	Outros	25.00	25.00	
	03		Rendas			
		01	Habitações	325.00		
		02	Edifícios	49.00	374.00	399.00
08	01		Outras receitas correntes			
			Outras			
		99	Outras	2.00	2.00	2.00
Total de receitas correntes						7,230.00
RECEITAS DE CAPITAL						
11	03		Activos financeiros			
			Títulos a médio e longo prazos			
		04	Administ.pública-Adm.central-Serv. e fundos autónomos	1.00	1.00	
	06		Empréstimos a médio e longo prazos			
		10	Famílias	6,675.00	6,675.00	6,676.00
16	01		Saldo da gerência anterior			
			Saldo orçamental			
		01	Na posse do serviço			
			A -Tesouraria (Bancos e Caixa)	895.00		
			B - Instituições Financeiras (Saldo de aplicações)	4,985.00	5,880.00	5,880.00
Total de receitas de capital						12,556.00
17	01		Operações extra - orçamentais			
			Operações de tesouraria - Retenção de receitas do Estado		750.00	
	02		Outras operações de tesouraria		750.00	1,500.00
Total orçamentado						21,286.00

DESENVOLVIMENTO DO ORÇAMENTO DAS DESPESAS

Unidade: 1000 €

Agrup.	Subagrup	Rubrica	Designação	Alín/Rubrica	Subagrupam	Agrupamento
01			DESPESAS CORRENTES			
			Despesas com o pessoal			
		01	Remunerações certas e permanentes			
		03	Pessoal dos quadros - Regime de função pública	1,204.00		
		04	Pessoal dos quadros - Regime cont.indiv.trabalho	1.00		
		06	Pessoal contratado a termo	54.00		
		07	Pessoal em regime de tarefa ou avença	1.00		
		08	Pessoal aguardando aposentação	5.00		
		09	Pessoal em qualquer outra situação	2.00		
		11	Representação	4.00		
		13	Subsídio de refeição	93.00		
		14	Subsídio de férias e de Natal	215.00		
		15	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	3.00	1,582.00	
		02	Abonos variáveis ou eventuais			
		02	Horas extraordinárias	20.00		
		04	Ajudas de custo	1.00		
		05	Abono para falhas	4.00		
		06	Formação	30.00		
		07	Colaboração técnica e especializada	1.00		
		11	Subsídio de turno	45.00		
		12	Indemnizações por cessação de funções	3.00		
		13	Outros suplementos e prémios	219.00		
		14	Outros abonos em numerário ou espécie			
			A - Remunerações de corpos gerentes	28.00		
			B - Outros abonos em numerário ou espécie	1.00	352.00	
		03	Segurança social			
		01	Encargos com a saúde	25.00		
	03	Subsídio familiar a crianças e jovens	3.00			
	04	Outras prestações familiares	1.00			
	05	Contribuições para a segurança social	270.00			
	08	Outras pensões	60.00			
	09	Seguros	33.00			
	10	Outras despesas de segurança social	1.00	393.00	2,327.00	
02			Aquisição de bens e serviços			
	01		Aquisição de bens			
	02		Combustíveis e lubrificantes	48.50		
			A transportar	48.50		2,327.00

DESENVOLVIMENTO DO ORÇAMENTO DAS DESPESAS

Unidade: 1000€

Agrup.	Subagrup	Rubrica	Designação	Alin/Rubrica	Subagrupam	Agrupamento
			Transporte	48.50		2,327.00
		04	Limpeza e higiene	50.00		
		06	Alimentação - Géneros para confeccionar	8.00		
		07	Vestuário e artigos pessoais	3.00		
		08	Material de escritório	31.00		
		11	Material de consumo clínico	4.00		
		15	Prémios, condecorações e ofertas	10.00		
		17	Ferramentas e utensílios	13.00		
		18	Livros e documentação técnica	1.50		
		21	Outros bens	41.00	210.00	
	02		Aquisição de serviços			
		01	Encargos das instalações	192.00		
		02	Limpeza e higiene	20.00		
		03	Conservação de bens	160.00		
		09	Comunicações	81.00		
		10	Transportes	3.00		
		11	Representações dos serviços	5.00		
		12	Seguros	51.00		
		13	Deslocações e estadas	6.00		
		14	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	4.00		
		15	Formação	5.00		
		17	Publicidade	5.00		
		18	Vigilância e segurança	2.00		
		19	Assistência técnica	5.00		
		20	Outros trabalhos especializados	590.00		
		25	Outros serviços	95.00	1,224.00	1,434.00
03			Juros e outros encargos			
	05		Outros juros			
		02	Outros	55.00	55.00	55.00
04			Transferências correntes			
	07		Instituições sem fins lucrativos			
		01	Instituições sem fins lucrativos	1.00	1.00	
	08		Famílias			
		02	Outras			
			A - Subsídios por morte, de luto e funeral	380.00		
			B - Reembolso de vencimentos perd. por doença	75.00		
			D - Rendas vitalícias	10.00		
			E - Bolsas de Estágio	15.00		
			F - Subsídios sociais	1.00	481.00	482.00
			A transportar			4,298.00

DESENVOLVIMENTO DO ORÇAMENTO DAS DESPESAS

Unidade: 1000 €

Agrup.	Subagru	Rubrica	Designação	Alín/Rubrica	Subagrupam	Agrupamento
			Transporte			4,298.00
06			Outras despesas correntes			
	01		Dotação provisional		10.00	
	02		Diversas			
		01	Impostos e Taxas	1.00		
		03	Outras			
			A - Restituições	4.00		
			B - Diversos	3.00	8.00	18.00
			Total de despesas correntes			4,316.00
			DESPESAS DE CAPITAL			
07			Aquisição de bens de capital			
	01		Investimentos			
		02	Habitacões	150.00		
		03	Edifícios	2,000.00		
		04	Construções diversas	5.00		
		06	Equipamento de transporte	40.00		
		07	Equipamento de informática	10.00		
		09	Equipamento administrativo	15.00		
		10	Equipamento básico	200.00		
		15	Outros investimentos	5.00	2,425.00	2,425.00
09			Activos financeiros			
	05		Empréstimos a curto prazo			
		03	Sociedades financeiras-Bancos e out.instit.financeiras	625.00	625.00	
	06		Empréstimos a médio e longo prazos			
		03	Sociedades financeiras-Bancos e out.instit.financeiras	1,000.00	1,000.00	
		13	Famílias - Outras			
			A - Propriedade resolúvel	1,500.00		
			B - Beneficiação em casa dos sócios	150.00		
			C - Subsídios reembolsáveis	7,000.00		
			D - Outros empréstimos ou adiantamentos	50.00		
			E - Empréstimos para construção e beneficiação, concedidos em anos ant.-2ª tranche e seguintes	20.00	8,720.00	10,345.00
10			Passivos financeiros			
	06		Empréstimos a médio e longo prazos			
		03	Sociedades financeiras-Bancos e out.instit.financeiras	2,700.00	2,700.00	2,700.00
			Total de despesas de capital			15,470.00
12			Operações extra-orçamentais			
	01		Operações de tesouraria - Entrega de receitas do Estado		750.00	
	02		Outras operações de tesouraria		750.00	1,500.00
			Total orçamentado			21,286.00

PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O PLANO DE ACTIVIDADES E A PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2013

Nos termos do artigo 104º dos Estatutos do CPFAE, o Conselho Fiscal (CF), em sessão realizada em 5 de Dezembro de 2012, analisou o Plano de Actividades e a Proposta de Orçamento para 2013 apresentados pelo Conselho de Administração (CA).

Sobre o Plano de Actividades, o Conselho teve em conta o esforço preconizado pelo CA no sentido da recuperação de dívidas em contencioso e de contenção do seu aumento, da implementação de medidas visando a melhoria dos resultados dos empreendimentos da Instituição, em especial da Quinta de Santa Iria e do Vau, bem como da valorização dos Recursos Humanos.

Quanto à Proposta de Orçamento para 2013, o Conselho analisou a prevista diminuição de rendimentos em relação aos inscritos no Orçamento para 2012, tendo considerado pertinentes as razões aduzidas para a redução em causa, em especial no que se refere a rendimentos de propriedade e ao saldo de gerência relativo a 2012.

No que se refere aos encargos, o Conselho considerou justificada a diminuição relativa à aquisição de bens de capital, atendendo aos investimentos efectuados em 2012, e aos empréstimos para aquisição de habitação, tendo considerado adequado o aumento previsto para abonos reembolsáveis; e congratulou-se com a previsão de diminuição de encargos com a aquisição de bens e serviços.

Assim, o CF considera adequado às finalidades do CPFAE o Plano de Actividades e a Proposta de Orçamento para 2013 e reconhece que este documento obedece às normas legais e técnicas em vigor quanto à sua elaboração, pelo que considera que os instrumentos de gestão em causa estão em condições de poderem ser aprovados.

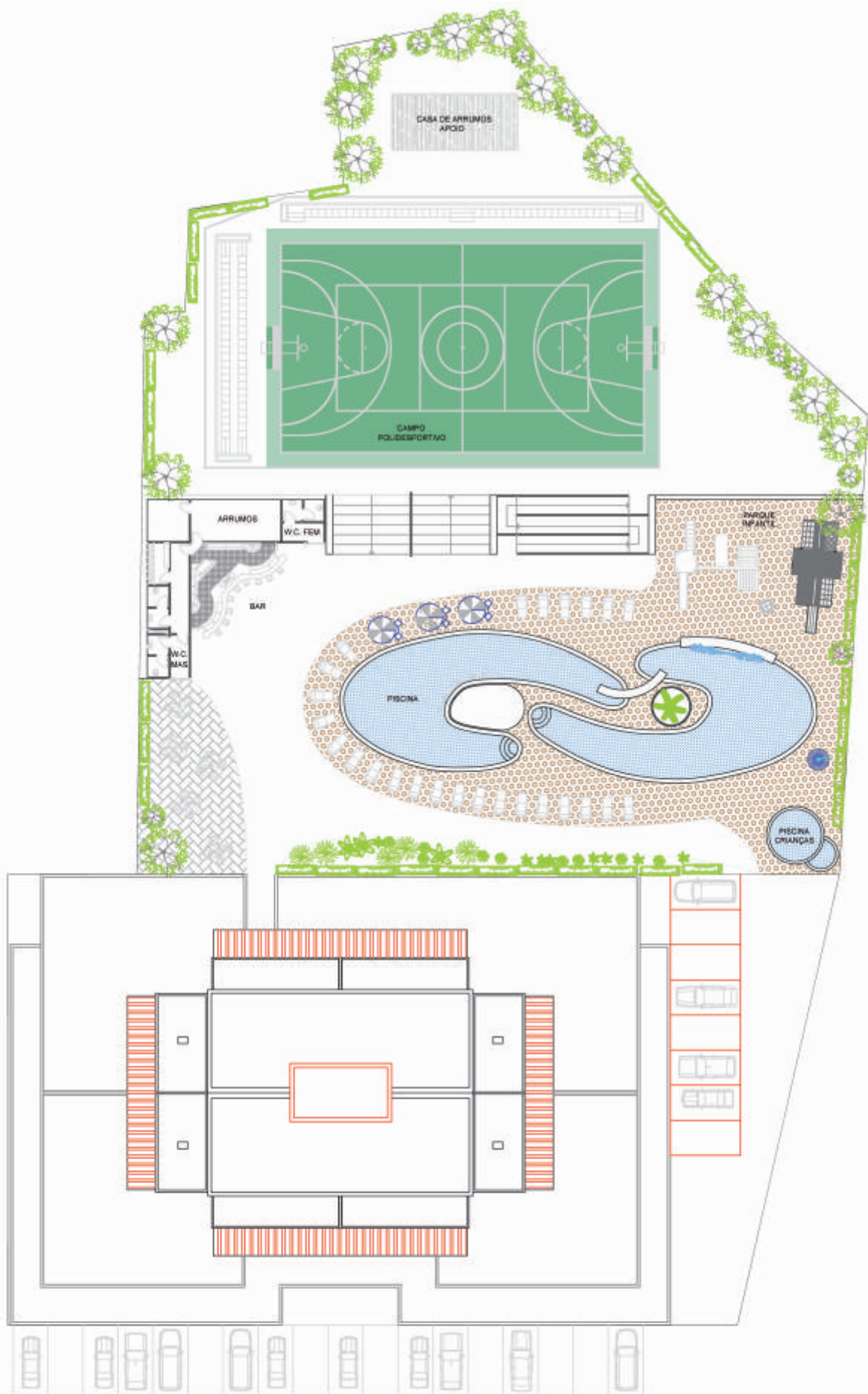
Em 5 de Dezembro 2012

O Conselho Fiscal

Elder Carlos de Sousa Fernandes

Hilário Estêvão Cochicho Modas

Rufino Valente Martins Silva



CENTRO DE LAZER DO VAU - NOVOS EQUIPAMENTOS:
PISCINA, PARQUE INFANTIL E CAMPO MULTIUSOS

